

Como manter acesas as luzes do Alvorada

Hélio Rocha

O ministro das Minas e Energia, e por sinal interino, preocupou-se muito mais em se apressar para desmentir o risco de crise no abastecimento de energia elétrica do que em adotar ritmo dinâmico nas providências para impedi-la, nesse setor em que as medidas costumam ter a velocidade das lesmas.

Creio ser conveniente tomar a entrevista do ministro como espécie de senha para interpretação oposta, deixando de acreditar nele para levar a sério o alerta do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, que admite o risco e inclusive a hipótese de um plano de racionamento, pois o nível dos reservatórios do sistema das hidrelétricas está muito baixo e tudo indica que não alcance a cota ideal nos próximos meses.

O desmentido do ministro é muito típico da falta de transparência. Um recuo de seis anos no tempo nos levará a algo muito - talvez comporte mesmo o superlativo muitíssimo - semelhante, acontecido em 2001, no curso do penúltimo ano da administração Fernando Henrique Cardoso.

Houve advertência sobre risco de desabastecimento, partida de Goiás, formulada pelo engenheiro Walter Lopes, então diretor da Companhia Energética de Goiás (Celg).

Assim que a notícia a respeito saiu nos maiores jornais brasileiros, imediatamente a diretoria da Eletrobrás contestou com veemência a existência do risco. E não demorou muito para os indícios da crise demonstrarem a realidade e o governo FHC foi obrigado a montar um programa de racionamento e adotar outras medidas para atenuar a fragilidade dessa infra-estrutura neste País tão rico em fontes energéticas.

Há muita burocracia atrapalhando, assim como as opiniões de tecnoburocratas aferrados a velhos conceitos, mas, além da apática busca de outras alternativas para sustentar a matriz energética nacional, o que tem faltado em demasia são os investimentos em geração de energia elétrica, principalmente em novas hidrelétricas.

O governo federal deveria articular-se melhor com os Estados, formando proveitosas parcerias, principalmente com aqueles que, como Goiás, oferecem seus recursos hídricos para o suprimento das hidrelétricas. Este assunto não pode ficar confinado à visão exclusiva e imperfeita de Brasília.

Todos os choques produzidos por investimentos em usinas elétricas no Brasil, desde o Plano de Metas do governo Kubitschek, foram importantes e deixaram o

País relativamente bem-abastecido de energia elétrica. Nos anos de 1990, mesmo com a percepção de que se tornava impositivo elevar a capacidade de geração, deixou-se de investir. Veio a crise de 2001-2002, nas campanhas eleitorais de 2002 e 2006 prometeu-se muito a retomada dos investimentos, mas a geração não aumentou e há projetos parados, alguns por culpa da burocracia.

Como o presidente Lula prepara-se para desembarcar em Cuba, depois de assistir à posse do novo presidente da Guatemala, resta -nos a oportunidade de ironizar: nenhum lugar melhor do que a ilha de Fidel Castro para tomar aulas de apagões de energia elétrica.

Uma das maiores atrações de Havana é assistir ao show do cabaré Tropicana, cujo fascínio precedeu a Revolução de Sierra Maestra, pois funciona desde 1939 e hoje é freqüentado praticamente apenas pelos turistas. Os próprios cubanos não têm poder aquisitivo para pagar os cerca de R\$ 250,00 pela entrada, com direito a uma garrafa de rum e o jantar, para ver o famoso show do Tropicana.

Sendo a atração turística de tamanha importância, e a receita do turismo é fundamental hoje para Cuba, o Tropicana é poupado dos cortes de energia elétrica, quando são programados, por rodízio e zoneamento, em Havana. Lula poderia começar a aprender como poupar o Palácio da Alvorada se o Brasil não conseguir evitar apagões.

In: Como manter acesas as luzes do Alvorada. **O Popular (GO)**, Opinião por **Hélio Rocha, colunista** 11.janeiro.2008.